



RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO: COMO O RACISMO INTERFERE NO PROCESSO EDUCATIVO

Anselmo Santos Neto¹
Arthur Felipe Lima Freitas²

RESUMO

As relações étnico-raciais são pautadas com pouca frequência durante as diversas fases da vida escolar, fatores esses que são contribuintes para a perpetuação do racismo. Em vista disso, analisou-se necessário fazer uma pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo, a fim de compreender a interferência dessa problemática durante o processo educativo. No decorrer do estudo, abordamos os desafios encontrados durante o percurso histórico dos africanos no Brasil, discutindo sobre a inferiorização da raça e de como a sociedade continua estabelecendo essa ligação de depreciação para com os negros. Em detrimento da democracia racial imposta no imaginário nacional, ainda encontramos escolas completamente despreparadas para a abordagem racial, a qual incluem em sua grade curricular livros defasados onde encontra-se uma literatura opressiva, que junto ao racismo estrutural torna-se contribuidora para a marginalização e perda de identidade dos afrodescendentes. Dado o exposto, vê-se a importância da representatividade no âmbito escolar, a fim de que a instituição de ensino seja um dos caminhos a combater essa tal prática ideológica enraizada na sociedade.

Palavras-chave: Racismo estrutural, Educação, Aluno negro, Escola, Afro-Brasileira.

INTRODUÇÃO

O intitulado artigo busca apresentar as implicações de causa e efeito do racismo no cotidiano escolar. Por mais que seja um assunto bastante debatido ao longo dos anos, ainda se faz necessário persistir nessas questões ligadas a essa ideologia cada vez mais aflitiva as pessoas negras e, conseqüentemente as crianças, por carregarem isso desde o início do seu percurso escolar.

Debater sobre assuntos étnico-raciais não é apenas uma tarefa, mas um dever a ser praticado tanto na escola como nas ruas. A Lei 10.639/03³ tornou obrigatório o ensino

¹ Graduando do Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Rio Grande Norte – UFRN, anselmoneto03@gmail.com;

² Graduado pelo Curso de Pedagogia da Fal – Faculdade Estácio de Natal e Graduando do Curso de Bacharel em Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, artiezach@gmail.com;



da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” em escolas públicas e particulares, entretanto, ainda vemos uma grande defasagem sobre a abordagem desse tema em ambas as redes.

No decorrer desse estudo, voltou-se a se distribuir os seguintes objetivos, que delineiam-se em identificar as discrepâncias existentes do racismo em sala de aula no processo de ensino-aprendizagem: conhecer o contexto histórico do racismo no Brasil, e como parte de contribuição, analisar as dificuldades que podem afetar os educandos.

Devido aos últimos acontecimentos no mundo e no país referente aos atos de racismo que foram praticados contra a população preta no Brasil, como o assassinato de diversos jovens das favelas em meio a pandemia do COVID-19⁴, visa-se bastante necessário recorrermos a esse tema e analisarmos maneiras de combater o racismo dentro de nossas escolas, para que os nossos alunos tenham uma consciência do que é negritude e assim questionar a falta de negros em espaços de poder composto majoritariamente por brancos. Para estruturar as linhas de pensamentos referente a temática, dialogamos com os autores: Almeida (2019), Balieiro (2014), Souza (1983), entre outros.

METODOLOGIA

O estudo aqui exposto tem como proposta utilizar a abordagem qualitativa, que corresponde a mensuração dos dados que nele são coletados, aderindo assim, uma postura em procurar ser mais próximo ao objeto de estudo, ou seja, que nele há possibilidade de se aproximar mais na pesquisa, e ter uma visão mais humanizada do processo de aquisição de informações para tal elaboração. Nessa abordagem, vale ressaltar que:

a pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento chave. Os estudos qualitativos têm como preocupação básica o mundo empírico em seu ambiente natural. No trabalho de campo, o pesquisador é fundamental no processo de coleta de dados. Não pode ser substituído por nenhuma outra técnica: é ele quem observa, seleciona, interpreta e registra os comentários e as informações do mundo natural; (TRIVIÑOS, 1987, p. 100)

³ A Lei 10.639/03 foi alterada pela Lei 11.645/08, a qual alterou a base curricular para incluir o estudo da História e cultura afro-brasileira e indígena.

⁴ A COVID-19 é uma doença causada pelo coronavírus, denominado SARS-CoV-2, que apresenta um espectro clínico variando de infecções assintomáticas a quadros graves. Disponível em: <<https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca>>.



Como colocado em explanação, o artigo tem no cerne dos seus procedimentos utilizar arquivos bibliográficos, tais como: livros, artigos, sites, que façam menção ao tema referido neste estudo. Com objetivos de poder agregar mais a rede de informações a serem argumentadas ao longo do trabalho.

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta. (FONSECA, 2002, p. 32)

Ou seja, todo o trabalho se baseou nesses tipos de pesquisa, juntamente com aspectos de natureza básica, que visa gerar conhecimentos novos e que aprimore cada vez mais os objetivos que são destrinchados no decorrer dos tópicos.

AS RAÍZES DO RACISMO NO BRASIL

Inicialmente, para entendermos as raízes do racismo, e como ao longo do tempo essa marca tornou-se permanente em nossa história brasileira rodeada de conturbações, teremos que analisar a longa trajetória da vinda dos africanos por meio dos portugueses para o Brasil. No início da miscigenação, tivemos o branco, o indígena – já nativos do território brasileiro – e os africanos que geraram essa mistura de etnias. Os negros exerceram um papel duro e extensivo em luta, aliado a repressão em todos os seus aspectos, que serviam de mão de obra escrava para os brancos (BALIEIRO, 2014).

Desde o início, observamos por essas linhas, que a luta da pessoa negra sempre foi constante durante essa inserção deles no território brasileiro, ação então, contribuinte a uma série de consequências e inferiorização da raça africana no contexto onde já tinha os indígenas, e posteriormente os brancos, que fizeram toda uma manipulação do espaço e da desvalorização das raças já existentes.

Além de perderem seu local de fala, de exercerem seus direitos como pessoa viva, os africanos foram submetidos a não ter que suportar ou não aguentar (onde parte deles



submetiam ao suicídio) um estilo de vida sob opressão, seja ela de forma física, por meio de instrumentos de tortura, ou por não terem o sustento alimentício adequado. De certa maneira, tragados a serem exilados em todas as suas essências, forçados a esconderem suas crenças. Conforme Santos apud Beserra (2014 p. 90) apresenta que a “(...) religiosidade era uma dimensão essencial não apenas da celebração dos rituais, mas da vida social como um todo”. Ou seja, ser negro automaticamente os faziam ser inferiores dos que tinham aspectos estéticos de pele mais clara e olhos claros.

Houve uma perda de identidade e de desvalorização da raça em si, gerado pelo histórico de submissão, e falta de oportunidades de crescimento dos africanos e afrodescendentes nos territórios, isso só reforçou os estereótipos, juntamente com a divisão de raça social, fator pelo qual a população preta ainda vem carregando nos dias atuais. De acordo com Souza (1983):

O negro que se empenha na conquista da ascensão social paga o preço do massacre mais ou menos dramático de sua identidade. Afastado de seus valores originais, representados fundamentalmente por sua herança religiosa, o negro tomou o branco como modelo de identificação, como única possibilidade de “tornar-se gente”. (p. 18)

Como é visto pela explanação acima, compreendemos que a institucionalização do racismo é algo enraizado por meio do que o homem acredita passar para seus idealizadores uma injustiça social, que o faz pensar estar passando por determinada situação por ele acreditar merecer aquilo que está sendo submetido, mas que isso se passa de uma mera manipulação social, fortificando assim uma ilusão. A essência desse amadurecimento ideológico sobre as raças propriamente estagnada, causa uma efervescência errônea, pois atinge um não pertencimento do ser, e além de diminuir o outro como pessoa (com direitos e deveres) contrapõe-se a posição desse sujeito na sociedade, percebendo assim, uma desvalorização da pessoa, que vai de encontro a um ensejo do dominador perante ao dominado. A problemática é relacionada ao capitalismo, relação na qual, que dá total ênfase nessa desigualdade alastrada, por causa de sua natureza e inferiorização da raça x raça, ligamos isso ao decorrer dos anos, que o racismo acabou sendo “maquiado” nas relações sociais, e expandiu-se em outros patamares.

Para um país que desde a sua “descoberta” teve o seu histórico com passagens de lutas referentes a identidade das pessoas, riquezas, opressão, etc., temos que corroborar até então, que o direito e poder daqueles que já viviam no território brasileiro (indígenas),



e dos que apareceram para colonizar (os europeus), conseqüentemente, os africanos tiveram maior prejuízo, porque precisaram travar uma desbravada resistência desde que colocaram os pés no Brasil. A maneira de como esse povo foi oprimido, submetendo-os a esconder seus modos, meios, crenças, era de fato desesperador, segundo Balieiro (2014, p. 93) afirma, que “(...) as expressões afro-brasileiras se baseavam na resistência à repressão, mas também na identificação de meios de negociação e, muitas vezes, no sincretismo com a cultura oficial.” nesses meios da escravidão, os negros tiveram que se adaptar para poderem ao menos sobreviver, ocultando suas particularidades. Vale salientar também sobre os efeitos da colonização do homem branco no território brasileiro:

“(...) já nos momentos iniciais da colonização, quando índios e negros eram submetidos à escravidão, com suas consciências étnicas desarticuladas pelo processo de dominação, podemos verificar as primeiras articulações culturais que posteriormente seriam tidas como influências de uma ou outra cultura. Foi no que denominamos cultura de contato, que encontramos as influências de indígenas e africanos para a estruturação da cultura brasileira” (BALIEIRO, 2014, p. 87).

Podemos identificar vários fatores elencados acima como contribuintes para a atual estrutura brasileira em que estamos inseridos, vimos isso a partir da junção das particularidades culturais de diferentes povos que se fez manifestar a brasilidade. Ainda assim, é recorrente essa luta em persistir no fim das diferenças de raças, que foram impostas ao preto por causa do seu histórico, que além de ser explorado de diversas maneiras em grau inumano, ainda é perceptível anos após desde o fim da escravidão.

É de fato importante enfatizar que o racismo veio se estruturando ao longo dos anos e tomando espaços na sociedade, Foucault (2005) explica esse problema de como é ligado ao ato separatista, o efeito de distanciar um do outro por uma certa equidade um tanto fantasiosa, imposta pelo próprio sistema em questões de valores, são ligados por fatores biológicos e hierarquização da raça. Para tanto, é inegável afirmar que as pessoas negras carregam resquícios da escravidão nas costas, e precisa muito se caminhar para que tais injustiças não ocorram com tanta frequência, pois a proliferação de ideologias acerca do racismo tomou uma proporção maior e por vias silenciosas, seja ela nas mídias, no trabalho e na escola, instâncias como essas tem maior facilidade de fortalecer o racismo no meio social.



AS DIFICULDADES QUE PODEM AFETAR O PROCESSO DE ENSINO- APRENDIZAGEM E APAGAMENTO DE IDENTIDADE DO ALUNO

Para entender como funciona esse sistema de desvalorização de identidade e protagonismo que afeta os nossos educandos com descendência afro-brasileira, devemos ter um olhar reflexivo sobre a nossa base de ensino e ver no que falhamos durante as fases iniciais e posteriores. Inicialmente, a criança antes de começar a frequentar a escola não possui uma noção sobre as suas singularidades, no que diz Ludgero (2017):

[...] o exemplo de uma criança negra que começa a frequentar a escola. O aluno começa a ter os seus traços identitários – que eram identificados como naturais (o cabelo crespo, o nariz largo, os lábios grossos) – apontado como estranho e anormal. É nessa fase que começa a ser marcada uma diferença que é somente uma singularidade. (p. 20)

Ainda em casa, a criança negra que vai para a escola sem saber sobre as suas diferenças e conhecendo apenas aquele mundo no qual todos como ela são seus semelhantes, onde ninguém a renega devido aos seus atributos, a mesma não possui uma noção sobre ser inata. Ao se ver rodeada de crianças com traços diferentes dos seus apontando-os como estranhos e anormais, o aluno sentir-se-á excluído e desde a infância renegará os seus traços identitários, odiando a cor da sua pele e aprendendo a “amar” o cabelo liso, o nariz fino e, respectivamente, a pele branca. A instituição escolar não possui um costume de abordar a questão de raça nos primeiros anos, e devido ao preconceito enraizado na nossa sociedade, os infantes refletem os comportamentos dos pais que por sua vez são racistas.

Nos seus primeiros anos na escola, a criança negra, após ter tido todos os seus traços já relegados, ainda precisa ler a mando da própria escola uma literatura racista encontrada nos livros paradidáticos. Mesmo com toda a discussão sobre o racismo escancaradamente presente em suas obras, muitas escolas pedem como material obrigatório e possuem em suas bibliotecas livros do Monteiro Lobato, considerado o maior escritor brasileiro da literatura infantil. Em “Memórias da Emília” vemos o quão racista era o autor. Nesse livro há passagens ditas pela Emília onde notamos o seu desprezo com a Tia Nastácia – a cozinheira negra do Sítio do Picapau Amarelo –, ao dizer que quando “Deus preteja uma criatura é por castigo” e ainda a menospreza pelos seus traços negróides. No livro é contado que a Tia Nastácia decidiu não cortar as asas de um



anjinho por ser sacrilégio, ao que Emília responde à “negra beijuda” que sacrilégio é ter esse nariz largo. Em certo momento a boneca questiona:

Só não compreendo por que Deus faz uma criatura tão boa e prestimosa nascer preta como carvão. É verdade que as jabuticabas, as amoras, os maracujás também são pretos. Isso me leva a crer que a tal cor preta é uma coisa que só desmerece as pessoas aqui neste mundo. (LOBATO, 2019, p. 124)

Ainda há quem diga que não devemos cair no anacronismo de julgar uma obra de 1936 com os olhos de hoje, onde devido ao contexto da sua época ela foi de grande importância e por isso o Monteiro Lobato é reconhecido como esse grande escritor, por ter aberto tantas portas em nosso país para a literatura infantil. De fato, ela é importante, mas não devemos esquecer que ainda assim muitas das suas obras continuam sendo racistas e também lembrar que é um livro destinado para crianças. Crianças pretas leem seus livros e não conseguem se encontrar nos personagens, apenas se sentem desprezadas, tal a Tia Nastácia era menosprezada pela Emília e por outras figuras do Sítio.

Graças ao sociólogo Gilberto Freyre, temos o mito da democracia racial incrustado em nosso imaginário social. A utopia de que vivemos uma relação de livre harmonia entre as raças e que o racismo é inexistente em nossa sociedade é falsa e não passa de uma falácia proposta por Freyre em *Casa-grande & Senzala*, obra até hoje utilizada para obscurecer as formas de opressão racial. O racismo no Brasil é um dos mais sofisticados do mundo por não ser tão escancarado como por exemplo os Estados Unidos, que durante quase 100 anos teve em sua constituição leis segregacionistas a fim de separarem os negros de forma legal. Segundo Silvio Almeida (2019), “O racismo é sempre estrutural, ou seja, [...] ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade.”. Por já fazer parte da nossa estrutura, o racismo está presente em todos os níveis sociais e não se apresenta como um fenômeno patológico ou anormal.

A inexistência de barreiras de cor e de segregação racial – baluartes da democracia racial – associada à ideologia do embranquecimento, resultava num crescente desestímulo à solidariedade do negro que percebia seu grupo de origem como referência negativa, lugar de onde teria que escapar para realizar, individualmente, as expectativas de mobilidade vertical ascendente. O caráter individualista da ascensão coerente com as prédicas da democracia racial que colocava ênfase na capacidade individual como responsável pela efetivação do projeto. (SOUZA, 1983, p. 22)



Os frutos que colhemos devido a ilusão da democracia racial são escolas sem preparo que pregam, mesmo que inconscientemente, o racismo estrutural dentro da sua instituição. O apagamento da história africana e a ode à história branca e europeia em nossos livros didáticos ainda é grande. Uma matéria publicada em 2019 no site Mais Educação resalta os obstáculos encontrados pela Lei 10.639/03 nos currículos educacionais, que ainda depende de ações de grupos propostos em defesa da cultura afro-brasileira para preencher essa grande lacuna. Essa inanidade deixada pela não aplicação da lei e a falta de preparo por parte da instituição causa grandes problemas no processo de ensino-aprendizagem dos educandos, já que como diz Almeida (2019), “No fim das contas, ao contrário do que se poderia pensar, a educação pode aprofundar o racismo na sociedade.”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É necessário enfatizarmos o pensamento sobre o que é negritude em nosso sistema de ensino em tempos onde o racismo ainda é presente em nossa sociedade de forma estrutural. Sabemos a extensa luta diária que a população preta enfrenta em seu dia a dia, seja em ocupar espaços no mercado de trabalho, e em outras instâncias, para poder combater o racismo enraizado e sobressair das barreiras que já foram impostas pela sociedade.

Saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas. Mas é também, e sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades. (SOUZA, 1983, p. 18)

Precisamos colaborar com políticas de ações afirmativas para alcançar uma maior representatividade no meio escolar, pois este é um lugar primordial que fomenta a formação inicial das crianças, e ao abordar aspectos étnicos em sala de aula por meio da literatura, o estudante poderá conhecer a sua história nos livros didáticos e sentir-se representado nos livros paradidáticos. Podemos reconhecer alguns desses livros e fazer o seu respectivo bom uso, para não persistir em rebuscar livros que contenham teor opressivo só pelo simples fato de ser obras famosas que “todos amam”, já que ao desfrutar delas e compartilhá-las a instituição continuará a propagar o racismo.



Temos obras como Amor de Cabelo, Menina Bonita do Laço de Fita, O Pequeno Príncipe Preto, o kit “A Cor da Cultura”, dentre outros, que tratam a representatividade de forma simples e que podem ser adquiridas e solicitadas pelas escolas de ensino base como materiais paradidáticos, a fim de discutirem a questão representativa com os seus alunos. No Ensino Médio a questão racial pode ser trabalhada em todas as matérias, não se limitando apenas a grade curricular de História, pois há artistas, cientistas, escritores, matemáticos e poetas negros que podem ser tratados nas outras disciplinas.

Observamos o quão intrinsecamente o preconceito e o ensino podem andar lado a lado, mas essa realidade pode ser mudada se houverem mais políticas de ações afirmativas, e que de fato ocorra a aplicação delas no sistema educacional, para não dar margem a conteúdos que reforcem o preconceito e não expanda mais ainda essa ideologia para a grande massa. Com isso podemos ter uma educação mais abrangente e que empodere a raça.



REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural** / Silvio Luiz de Almeida. – São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BALIEIRO, Fernando de Figueiredo. **História dos povos indígenas e afrodescendentes** / Fernando de Figueiredo Balieiro; Karen Fernanda Bortoloti. — Rio de Janeiro: Editora Universidade Estácio de Sá, 2014. 168 p.: il.

BERUTTI, A. K. **Lei sobre o ensino de história afro-brasileira enfrenta obstáculos.** Mais educação. 9 setembro 2019. Disponível em: < encurtador.com.br/ervCJ> Acesso em: 21 set. 2020.

BESERRA, Bernadete de L.R. **Racismo e educação no Brasil** [recurso eletrônico] / Bernadete de L.R. Beserra, Rémi Ferdinand Lavergne. – Recife: Ed. UFPE, 2018

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasil: Planalto [2003]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm> Acesso em: 26 set. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 março de 2008.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasil: Planalto [2008]. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm> Acesso em: 26 set. 2020.

BRASIL. **Ministério da Saúde.** O que é COVID-19. Disponível em: <<https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca>>. Acesso em: 26 set. 2020.

CARREIRA, Denise. **Indicadores da qualidade na educação: relações raciais na escola**/ Denise Carreira, Ana Lúcia Silva Souza. - - São Paulo: Ação Educativa, 2013.

CHERRY, Matthew A. **Amor de cabelo** [recurso eletrônico] / Matthew A. Cherry; ilustração Vashti Harrison; tradução Nina Rizi. – 1 ed. – Rio de Janeiro: Galerinha, 2020.

FRANÇA, Rodrigo. **O Pequeno Príncipe Preto** / Rodrigo França; ilustração Juliana Barbosa Pereira. – 1 ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2020.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala.** 42. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade.** São Paulo: Martins Fontes, 2005.



LOBATO, Monteiro. 1882-1948. **Memórias da Emília** / Monteiro Lobato; ilustrado por Jotáh. – São Paulo: Lafonte, 2019.

LUDGERO, Lucas de Lacerda. **Sob a pele: relatos sobre os efeitos do racismo na saúde mental.** 2017. 35 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Comunicação Social) — Universidade de Brasília, Brasília, 2017

MACHADO, Ana Maria. **Menina Bonita do Laço de Fita.** Ilustração de Claudius, São Paulo, Ática, 2001.

SABERES e fazeres. **A cor da cultura** / coordenação do projeto Ana Paula Brandão. - Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2006.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social** / Neusa Santos Souza. – Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.